



DECISÃO SOBRE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da URA Sul de Minas, no uso de suas atribuições, com base no art. 8º, inciso VII da Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, de acordo com o art. 17 ou art. 23 do Decreto nº 48.707, de 25 de outubro de 2023, comunica que o pedido de licença ambiental analisado no âmbito do processo administrativo indicado a seguir foi INDEFERIDO.

Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : SOFTFER TECHNOLOGY METAL LTDA

CNPJ/CPF : 17.092.458/0002-00

Empreendimento : SOFTFER TECHNOLOGY METAL LTDA

Endereço da Pessoa Física ou Jurídica na qual o empreendimento se vincula : ESTRADA RURAL MONSENHOR PAULO

A SAO GONCALO DO SAPUCAI número/km KM 6 Bairro SANTA LUZIA CEP 37490-000 São Gonçalo do Sapucaí - MG

Município e Coordenadas geográficas do local de desenvolvimento das atividades:

São Gonçalo do Sapucaí (LAT) -21.7996, (LONG) -45.5395

Fator locacional resultante : 0

Classe predominante resultante : 2

Modalidade de licenciamento : LAS RAS

Processo Administrativo Licenciamento : 16666/2026

Motivo da decisão:

Com fundamento nas informações constantes nos estudos ambientais apresentados, a equipe técnica sugere o indeferimento da Licença de Operação – LAS/RAS ao empreendimento SOFTFER TECHNOLOGY METAL LTDA para a atividade de “Lavra a céu aberto – Minerais metálicos, exceto minério de ferro”, código A-02-01-1 no município de São Gonçalo do Sapucaí – MG.

Documento emitido eletronicamente, nos termos do art. 1º e art. 2º do Decreto Estadual nº 47.222/2017 e do art. 6º, §4º, do Decreto Estadual nº 47.441/2018.

Varginha, 13/05/2026.

Documento assinado eletronicamente por FREDERICO AUGUSTO MASSOTE BONIFACIO, Chefe da Unidade, em 13/05/2026 21:20 conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

Os interessados podem interpor recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação, com fundamento no art. 40 e seguintes do Decreto Estadual nº 47.383, de 02 de março de 2018. O recurso poderá ser instruído via Sistema Eletrônico de Informações - SEI - diretamente à unidade regional responsável pela análise do processo em referência.

Atenção: O órgão ambiental não faz contato telefônico com o empreendedor e/ou seus representantes para oferecer prestação de serviços de recurso da presente decisão, tampouco cobra taxas desassociadas de Documento de Arrecadação Estadual - DAE.